

Serys exalta aprovação da PEC da Juventude

Senadora diz que emenda constitucional aprovada beneficia 50 milhões.

Cristovam quer ver felicidade na Constituição

Proposta deixa claro que garantia de direitos permite ao cidadão buscar felicidade.

Mesquita Júnior exige fim de apagões

Parlamentar relata situação crítica no fornecimento de energia no Acre.

Lobão comemora crescimento estadual

Para senador, investimentos de R\$ 110 bi deixam Maranhão entre os grandes.

Mozarildo destaca os 120 anos de Boa Vista

No formato de um leque, capital de Roraima foi uma das primeiras projetadas.

Malta sugere analisar maioria penal

Senador propõe institutos de ressocialização de menores envolvidos em crimes hediondos.

Briga em estádios será punida com maior rigor

Projeto aprovado pelo Plenário do Senado e que será enviado à sanção do presidente da República estabelece pena de detenção e proibição de assistir a jogos por até três anos

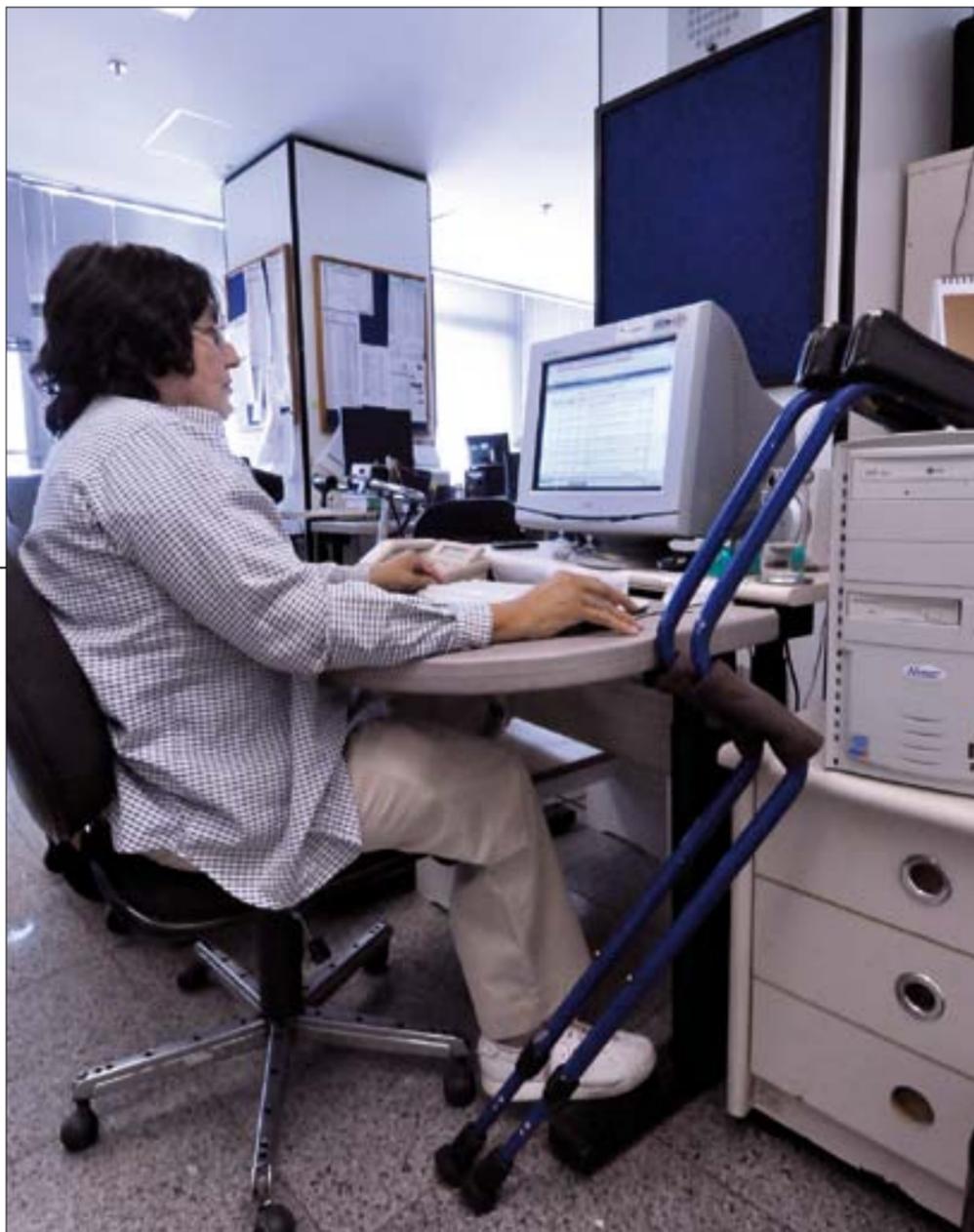


Torcida do Coritiba, envolvida em graves distúrbios após rebaixamento do time em 2009: projeto amplia punições para violência dentro e fora dos estádios

O projeto votado pelo Senado endurece as punições contra torcedores que praticarem ou incentivarem violência dentro dos estádios e ginásios, nas ruas próximas ou em pontos de ônibus

ou trens que levam passageiros para os jogos. A proposta procura ainda coibir a atuação de cambistas, prevendo cadeia de um a dois anos, além de multa, pelo comércio irregular de ingressos. 3

WaldemirBairato



Tempo de prisão por crime hediondo pode aumentar

Comissão de Constituição e Justiça analisa proposta que amplia de dois terços para quatro quintos o tempo mínimo de cumprimento da pena, em regime fechado. 3

Projeto facilita aposentadoria de servidor com deficiência

Pauta da Comissão de Constituição e Justiça inclui projeto que flexibiliza requisitos para aposentadoria especial de servidores públicos com deficiência. 2

Iniciativa pode beneficiar servidores como Tida Medeiros, jornalista da Agência Senado

CCJ analisa aposentadoria de servidor com deficiência

Proposta permite a aposentadoria especial aos 25 anos de contribuição, dez anos de serviço e cinco anos no cargo efetivo, independentemente da idade do servidor

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar nesta quarta-feira projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que regulamenta a aposentadoria especial para servidores públicos com deficiência. A proposta dá a esses trabalhadores a possibilidade de se aposentarem voluntariamente após 25 anos de contribuição, dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, independentemente da idade.

Na CCJ, o projeto (PLS 250/05

– Complementar) recebeu emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS) alterando a classificação original dada aos portadores de deficiência. Com a mudança, eles passaram a ser qualificados como pessoas acometidas por limitação físico-motora, mental, visual, auditiva ou múltipla incurável e permanentemente comprometedor de seu estado de saúde.

Como o alcance da proposta de Paim é nacional, beneficia a pessoa com deficiência titular de cargo efetivo na administração pública direta, autárquica

e fundacional da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O PLS 250/05 – Complementar ainda precisa ser votado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) antes de seguir para o Plenário do Senado.

Na quarta-feira, a CAS aprovou projeto (PLC 40/10 – Complementar) que garante regras diferenciadas para trabalhadores com deficiência ligados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O projeto estabelece tempo de contribuição diferenciado em função do grau de deficiência.



Pessoa com deficiência trabalha em horta em Salvador: projeto aprovado pela CAS cria regras diferenciadas para aposentadoria

Acompanhar decisões do Senado ficou mais fácil

A nova página do Senado na internet, lançada em maio, facilitou o acesso do cidadão a informações legislativas da Casa. Com apenas um clique, é possível ler a Constituição, conhecer os nomes e partidos dos senadores, ver a pauta e os resultados das votações do Plenário e das comissões, pesquisar projetos e consultar a sessão *on-line*, que permite acompanhar em tempo real os eventos em andamento no Plenário. Segundo o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) do Senado, Fernando Cesar Mesquita, o novo *site*, construído sem custo nenhum, foi possível graças à competência e ao esforço conjunto de servidores da Casa.

O Prodasen participou da construção da página em parceria com a Secs. As duas

secretarias se basearam em projeto elaborado por uma comissão técnica de servidores de diversas áreas da Casa, instituída especialmente para esse fim. Subordinada ao Comitê Gestor da Internet, a comissão é composta pelo diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra; pela secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra; e pelos diretores do Prodasen, Carlos Magno Santoro; da Secretaria de Recursos Humanos, Doris Marize Romariz Peixoto; e da Secretaria de Informação e Documentação (Sidoc), Paulo Afonso Lustosa; além do diretor da Secs.

Houve grandes mudanças no *design* do *site* e na navegação entre as páginas. As alterações foram baseadas no manual *Guidelines for parliamentary websites*, da Inter-Parliamentary Union (IPU), instituição que promove

a interação entre parlamentos de diversos países. A ideia foi garantir melhorias não apenas no conteúdo, mas também na organização das informações, na usabilidade e na acessibilidade do *site*.



Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Homenagem aos 50 anos de igreja batista

11h O Senado realiza sessão especial para homenagear a Igreja Memorial Batista, de Brasília, pelo seu jubileu de ouro. Às 14h, sessão ordinária não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.



Campanha Donativos para vítimas de enchentes

9h30 O Senado, em parceria com os comitês de Ação e Cidadania da Câmara e de Solidariedade do Tribunal de Contas da União e com o Sindicato dos Servidores do Legislativo (Sindilegis), lança a campanha Ajude sem Demora Alagoas e Pernambuco. O objetivo é arrecadar, até 16 de julho, donativos para as vítimas das enchentes nesses estados. Os postos de coleta estão instalados nas principais entradas do Senado, da Câmara e do TCU.

Terça-feira

Congresso Promulgação de emendas à Constituição

12h O Congresso realiza sessão para promulgar duas propostas de emenda à Constituição – PECs do Divórcio e da Juventude.

CRA Regime jurídico dos portos secos

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa proposta que altera o regime jurídico de exploração dos chamados portos secos, os armazéns alfandegários destinados à movimentação e guarda de mercadorias.



CAE Isenção fiscal para a ABL

9h30 A Comissão de Assuntos Econômicos analisa projeto que concede isenção de tributos federais à Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de cancelar débitos dessas entidades. Outro projeto prevê incentivo fiscal a empresas privadas que contratarem trabalhadores com mais de 50 anos.

Quarta-feira

CCT Normas eleitorais e concessões de rádio

8h30 A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática examina proposta que estabelece normas para as eleições. Na reunião, a CCT analisa ainda projetos que autorizam serviços de radiodifusão em diversos estados.

CCJ Liberdade condicional em crimes hediondos

10h O projeto que eleva o período mínimo de cumprimento da pena para concessão do livramento condicional a condenados por crimes hediondos é o primeiro item da pauta de votações. A CCJ analisa ainda proposta que permite ao servidor público aposentado por invalidez exercer atividades de assessoria intelectual remunerada.

SESSÃO ON-LINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Mozarildo Cavalcanti • Edison Lobão • Geraldo Mesquita Júnior

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Será enviado à sanção presidencial projeto que altera o Estatuto do Torcedor. Xingamentos e faixas ofensivas podem levar à prisão e à proibição de assistir a jogos



Cena de briga em estádio de futebol no campeonato capixaba: projeto pune torcedores com até três anos sem ir a jogos

Violência nos estádios deve ser punida com mais rigor

O PLENÁRIO DO Senado aprovou, na noite de quarta-feira, projeto que torna mais rígidas as punições contra torcedores que praticarem ou incentivarem violência dentro dos estádios e ginásios, nas ruas próximas ou em pontos de ônibus ou trens que levam passageiros para os jogos. A penalidade prevista é de reclusão de um a dois anos ou proibição de assistir a jogos por até três anos. Até cânticos de torcida, xingamentos a jogadores e árbitros e apresentação de faixas com ofensas serão passíveis de punições semelhantes.

O projeto (PLC 82/09), que acrescenta artigos ao atual Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei 10.671/03) e será enviado à sanção do presidente da República, proíbe que os torcedores

entrem nos estádios com fogos de artifício, bebidas ou objetos que possam ser usados em agressão física.

Também estarão sujeitos a punição aqueles que arremessarem objetos contra torcedores ou contra jogadores e árbitros. A invasão do campo será punida com prisão e proibição de comparecer a jogos por até três anos. Hoje, o Estatuto do Torcedor prevê afastamento dos estádios por, no máximo, um ano.

O projeto foi apresentado pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), logo após uma briga de torcidas, em agosto de 1995, no estádio do Pacaembu, em São Paulo. Na Câmara, outros projetos sobre o assunto foram incorporados ao texto. Enquanto tramitava, entrou em vigor,

em 2003, o Estatuto de Defesa do Torcedor.

No Senado, o projeto foi relatado favoravelmente, sem mudanças, pelos senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Romero Jucá (PMDB-RR), nas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

– O atual Estatuto do Torcedor não tem mecanismos suficientes de fiscalização e punição aos infratores. Por isso, as novas medidas são necessárias, inclusive para proteger os torcedores fora dos estádios – afirma Zambiasi.

O projeto procura ainda coibir a atuação de cambistas, prevenindo a cadeia de um a dois anos, além de multa, pelo comércio irregular de ingressos.

Valter quer controle da compra de terras por estrangeiros

O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Valter Pereira (PMDB-MS), cobrou do governo federal a adoção de normas para regular a compra de terras brasileiras por estrangeiros. O senador abordou o tema ao abrir a reunião da comissão, na quarta-feira.

Segundo Valter Pereira, dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) indicam que os estrangeiros já possuem 4,3 milhões de hectares em terras brasileiras. O parlamentar disse que o ritmo das aquisições de terra no território brasileiro é crescente e não há controle desse processo.

– Os estrangeiros estão interessados em grandes áreas cultiváveis, e não na Amazônia, como se pensava. Os dados preliminares já foram suficientes para mostrar que o capital estrangeiro está sendo despejado em regiões onde o agronegócio é mais vigoroso e dedicado à produção de grãos e cana-de-açúcar – disse o senador.

Senado pode mudar regime jurídico dos portos secos

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) examina amanhã projeto que altera o regime jurídico de exploração dos chamados portos secos, os armazéns alfandegários destinados à movimentação e guarda de mercadorias sob controle aduaneiro. Pelo texto, eles passam a ser centros logísticos e industriais aduaneiros (Clias).

O projeto (PLS 327/06), apresentado pelo então senador João Alberto, inspirou-se na Medida Provisória 320/06, que disciplinava a outorga desses recintos alfandegados e que não foi aprovada por não haver atendido ao requisito da urgência constitucional.

O relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), apresentou substitutivo, já modificado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O texto exige licitação para a concessão dessa atividade. De acordo com Zambiasi, o ponto nevrálgico do projeto é o regime jurídico



Sérgio Zambiasi sugere que a concessão seja feita por licitação

dos portos secos. O texto original transforma a exploração desses portos em atividade privada, por meio de licença expedida pela Secretaria da Receita Federal, sem licitação. Na opinião do relator, isso fere a Constituição, porque a atividade exercida pelos portos secos constitui serviço público, a ser prestado pelo Estado. Em voto separado, o senador Osmar Dias (PDT-PR) defende esse regime de licenciamento.

CCJ vota aumento de tempo de prisão para crimes hediondos

O tempo de prisão do condenado por crimes hediondos poderá aumentar. É o que prevê projeto (PLS 249/05) que será analisado nesta quarta-feira em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Hélio Costa, autor do projeto: regra atual é "inadmissível"

A proposta aumenta de dois terços para quatro quintos o tempo mínimo de cumprimento da pena desses criminosos, em regime fechado, para terem direito ao livramento condicional.

O inciso V do artigo 83 do Código Penal determina que o juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado à pena privativa de liberdade igual ou superior a dois anos, desde que "cumpridos mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza".

A legislação específica que dispõe sobre crimes hediondos (Lei 8.464/07) estabelece que o condenado cumpra inicialmente a pena em regime

fechado, tendo depois direito ao livramento condicional. Essa redação alterou a Lei 8.072/90, que obrigava os condenados por crimes hediondos ao cumprimento integral da pena. Em 2006, o Supremo Tribunal Federal

(STF) declarou esse dispositivo inconstitucional, por desrespeitar o princípio da "individualização da pena".

O autor do projeto, senador Hélio Costa (PMDB-MG), classifica como "inadmissível que um homicida, depois de executar a vítima com requintes de crueldade, possa ganhar a liberdade ao cumprir apenas dois terços da pena". Hélio Costa apresentou o projeto em 2005, antes, portanto, da derrubada, pelo STF, de parte da Lei dos Crimes Hediondos. A partir daí, a hipótese de cumprimento integral obrigatório da pena para os condenados por crimes hediondos foi desconsiderada.

O relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), apresentou parecer no qual recomenda a aprovação do projeto.

Benefício fiscal para contratação de jovens e idosos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa amanhã, em decisão terminativa, a possibilidade de o governo conceder benefício fiscal para empresas que contratarem pessoas com 50 anos de idade ou mais, ou jovens entre 18 e 24 anos. O relator, João Vicente Claudino (PTB-PI), acolheu projeto (PLS 220/00) do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e parte do PLS 185/03, do então senador Sibá Machado.

O projeto de Sibá cria incentivo fiscal para microempresas e empresas de pequeno porte, inscritas no Simples, que contratarem jovens para o primeiro emprego. A proposta de Mozarildo incentiva, com redução de imposto, a contratação de trabalhadores a partir de 50 anos. Os dois projetos tramitam em conjunto, a pedido de Romero Jucá (PMDB-RR). João Vicente Claudino optou pela aprovação do texto de Mozarildo, com modificações, e pela rejeição do projeto de Sibá, permitindo aos empregadores deduzirem em dobro, até o limite de 6% do lucro operacional da empresa, as despesas com salários de empregados entre 18 e 24 anos ou com mais de 50 anos.

Para ter direito ao benefício, a empresa precisará comprovar não ter realizado demissões nos três meses anteriores a essas contratações.

CCT analisa regras sobre propaganda eleitoral na internet

A propaganda eleitoral paga em sites noticiosos e de informações ao público em geral passará a ser permitida caso o Congresso aprove o projeto de lei do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática (CCT) vai apreciar nesta quarta-feira.

A legislação atual só permite a propaganda na rede em página do próprio candidato, do partido ou da coligação.

De acordo com o projeto (PLS 93/10), que modifica o Código Eleitoral (Lei 4737/65) e a Lei Eleitoral (9504/97), será permitida a propaganda paga na internet, até a antevéspera do pleito. Há um limite de 24 exposições para cada candidato em cada sítio.

Ainda de acordo com o projeto, é vedada qualquer tipo de propaganda, mesmo que gratuita, em páginas de empresas não jornalísticas ou de informação; em sites de empresas jurídicas sem fins lucrativos; assim como em sites oficiais ou hospedados por órgãos públicos da administração pública direta ou indireta da União, estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A matéria versa ainda sobre o direito de resposta, que deverá ser divulgado no mesmo veículo, espaço e horário.

Senadora acredita que a inclusão da juventude no capítulo sobre os direitos e garantias fundamentais abre caminho para a criação de políticas próprias



A emenda constitucional será promulgada pelo Congresso exatamente no Ano Internacional da Juventude, instituído pela ONU

Serys: PEC beneficiará mais de 50 milhões de jovens

A SENADORA SERYS SIHESARENKO (PT-MT) comentou, na sexta-feira, a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que inclui os jovens no capítulo relativo aos direitos e garantias fundamentais, que já contempla a família, a criança, o adolescente e o idoso. A proposta, apresentada pelo deputado Sandes Júnior (PP-GO), foi aprovada pelo Senado na quarta-feira e será promulgada amanhã pelo Congresso.

– Ao fazer uma simples inclusão do termo juventude no capítulo dos direitos e garantias fundamentais da Constituição federal, estamos criando o solo propício para florescerem as políticas públicas para a juventude. Preenchemos o vácuo que existia na Constituição – disse.

Serys ressaltou que a PEC 42/08 vai beneficiar mais de 50 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. A aprovação mobilizou cerca de 400 mil pessoas em todo o país, que discutiram o tema nos municípios, nos estados e, finalmente, em conferência realizada em Brasília. Ela chamou atenção também para o fato de a proposta ter sido aprovada em 2010 – definido



Serys Sihessarenko fala da importância do Pronasci, do Ministério da Justiça

pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Juventude.

Na opinião da senadora, alguns jovens se envolvem com o crime por não verem perspectivas de emprego e melhoria de vida. Para resolver esse problema, disse, são necessárias políticas públicas específicas para a juventude, como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), desenvolvido pelo Ministério da Justiça, que evita que jovens, ao

deixarem o serviço militar, sejam cooptados por criminosos. Esses jovens recebem formação de qualidade, possuem excelente força de trabalho, mas ficam desempregados, o que os torna “fácil presa para o crime”.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que incluir na Constituição a obrigação de o poder público atender à juventude vai permitir que os jovens cobrem do Estado políticas destinadas a eles.

– Essa emenda vai fazer com que o jovem não continue sendo colocado em plano secundário, como se fosse uma preocupação do futuro – afirmou.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse esperar que a PEC da Juventude se transforme, de fato, em instrumento de inclusão social. Ele destacou ainda que tramita na Casa uma PEC de sua autoria que cria a figura do agente comunitário rural. A proposta visa recrutar jovens que possuem experiência na atividade rural para receberem mais conhecimento e treino e atuarem como agentes dos órgãos que prestam assistência técnica no campo. O objetivo é contribuir com a sobrevivência dos jovens no meio rural, disse.



Proposta de Cristovam associa direitos sociais à busca da felicidade

de, perdendo o sentimento que deveria ter”. Como exemplo, ele citou as discussões sobre a previdência social, que estariam concentradas sobre “a aritmética” das finanças públicas, em detrimento da situação dos aposentados. Para Cristovam, “os direitos deixaram de transmitir os sentimentos que deveriam representar”.

– É preciso, por exemplo, criar o sentimento de que, ao não ter educação, a criança terá mais dificuldade para buscar sua felicidade – afirmou ele, acrescentando que, “ao humanizar o direito, humaniza-se também a política”.

Cristovam ressaltou que a ideia de apresentar a PEC surgiu após ser procurado por representantes do movimento Mais Feliz. Foi deles, lembrou o senador, a sugestão de inserir a palavra felicidade na Constituição. O senador acrescentou

Mesquita Júnior protesta contra apagões no Acre

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) cobrou urgência na adoção de medidas para regularizar o fornecimento de energia no estado do Acre, que, segundo ele, vem enfrentando dias de aflição devido às interrupções frequentes na prestação desse serviço, ocasionadas pela não utilização de termelétricas. Ele aproveitou a presença do senador Edison Lobão (PMDB-MA), que até o começo do ano ocupou o Ministério de Minas e Energia, para lhe pedir uma mediação junto ao governo.

– Chegou-se a um ponto que a população não tolera mais: os apagões e a falta de energia são mais frequentes do que os momentos de fornecimento – afirmou.

Mesquita Júnior registrou ainda a realização, desde o dia 5, em Brasília, do Fórum de Biodiversidade das Américas.



Senador pediu providências do governo federal sobre cortes de energia elétrica

Lobão: Maranhão se desenvolve rapidamente

O senador Edison Lobão (PMDB-MA) afirmou na sexta-feira ter a convicção de que em “muito pouco tempo o estado do Maranhão se ombreará aos mais desenvolvidos do país”, em razão dos investimentos que estão sendo realizados, totalizando cerca de R\$ 110 bilhões.

O parlamentar explicou que o seu estado é o que dispõe, atualmente, da maior projeção de investimentos do país, devido à sua privilegiada posição geográfica. Além disso, o Maranhão dispõe de três ferrovias (a Norte-Sul, a dos Carajás e a antiga rede ferroviária federal, que foi privatizada). Lobão destacou também a obra de uma refinaria *premium*, da Petrobras, que vai processar cerca de 600 mil barris de petróleo por dia.

– Essa refinaria custará R\$ 40 bilhões de reais e gerará 132 mil empregos – afirmou.



Lobão afirma que investimentos no estado chegam a R\$ 110 bilhões

Mozarildo destaca os 120 anos da capital de Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou na sexta-feira os 120 anos de fundação de Boa Vista, que ele classificou como uma das mais belas cidades do país. Primeira a ser projetada e semelhante a cidades europeias, a capital de Roraima, assim como Paris, foi desenhada no formato de um leque: com um centro administrativo e vias que se projetam de forma radial para os bairros, disse ele.

O senador leu em Plenário várias reportagens e artigos do jornal *Folha de Boa Vista*, muitos deles apontando que a cidade tem infraestrutura de



Boa Vista foi homenageada pelo senador como uma cidade acolhedora

capital, mas uma atmosfera de interior, acolhedora, arborizada e pacata.

Malta sugere análise sobre redução da maioria penal

Magno Malta (PR-ES) disse na quarta-feira que a ação de um menor no suposto assassinato de Eliza Samudio, do qual o goleiro Bruno, do Flamengo, é suspeito, deve servir de reflexão para se examinar a redução da maioria penal. Favorável a propostas com esse objetivo, ele esclareceu que defende a criação de institutos especializados na ressocialização de menores envolvidos em crimes hediondos e que demonstrem uma mente criminosa.

Esses jovens delinquentes, de acordo com o senador, devem ser colocados em institutos que proporcionem educação profissionalizante e práticas



Senador lembra presença de jovem no suposto assassinato de Eliza Samudio

esportivas, sendo devolvidos ao convívio com a sociedade apenas depois de “virar gente”.

PEC da Felicidade humaniza a Constituição, afirma Cristovam

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu na sexta-feira a chamada PEC da Felicidade, apresentada por ele. Ressaltou que essa proposta de emenda à Constituição não pretende “garantir a felicidade, mas estabelecer que os direitos sociais são essenciais à sua busca”. Cristovam também disse que “é preciso humanizar a Constituição”.

O artigo 6º da Carta Magna determina que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. É esse artigo que a proposta de Cristovam (PEC 19/10) pretende alterar, ao definir que tais direitos são “essenciais à busca da felicidade”.

Para o senador, o direito “se tornou uma coisa da racionalidade